



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010191-36.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Haroldo Cavalcanti Pinto**
 Requerido: **SKY BRASIL SERVIÇO LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que em 2012 firmou contrato com a ré para a prestação de serviços de transmissão de imagem televisada, aí incluído o denominado Pacote PFC relativo a partidas dos campeonatos mineiro e brasileiro de futebol.

Alegou ainda que no dia 26 de fevereiro não conseguiu ver a partida programada para tal data, aparecendo em seu televisor a mensagem "evento não disponível", sem que o problema fosse sanado de imediato.

Salientou que mesmo com uma visita técnica ocorrida posteriormente aquele fato voltou a repetir-se no dia 10 de março, de sorte que almeja ao ressarcimento dos danos morais que experimentou.

A ré em contestação refutou os fatos articulados pelo autor, deixando clara a inexistência de falhas na prestação dos serviços a seu cargo.

Assim estabelecida a divergência, destaco que tocava à ré comprovar que não incorreu no que lhe foi imputado pelo autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isso se deve à regra do art. 6º, inc. VIII, do CDC (como explicitamente indicado no despacho de fl. 44), não se podendo olvidar igualmente que não seria exigível que o autor demonstrasse fato negativo.

A ré, porém, não se desincumbiu satisfatoriamente desse ônus porque não atestou com a indispensável segurança que tivesse disponibilizado ao autor as transmissões em apreço.

As "telas" de fls. 14/16, unilateralmente confeccionadas, são insuficientes para firmar certeza nesse sentido e não foram respaldadas por outros elementos de convicção.

Diante desse cenário, conclui-se que a dinâmica fática descrita pelo autor a fl. 01 deve ser tida como verdadeira, restando então definir se os danos morais invocados estão presentes ou não.

As regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) são suficientes para patentear a ligação por vezes apaixonada que pessoas possuem com o futebol.

Tal liame leva-as a contratações como a tratada nos autos e a muitas outras situações, valendo registrar que a testemunha Rafael Paiotti Marcondes Guimarães chegou a afirmar que o autor foi até Marrocos para assistir a seu time jogar, o que é verossímil porque há alguns anos o Clube Atlético Mineiro disputou o campeonato mundial interclubes de futebol.

Em consequência, vislumbro um desgaste de vulto ao autor quando ficou privado de acompanhar em duas ocasiões distintas as transmissões ajustadas com a ré, o que ultrapassou os meros dissabores da vida cotidiana e foi além do simples descumprimento contratual.

Configurados os danos morais, entendo que o valor da indenização não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Solução diversa aplica-se ao pedido para reparação de danos materiais, pois em momento algum ficou claro como se deu a apuração do valor postulado a esse título.

Como se não bastasse, esse teria sido ao que consta o único serviço não fornecido pela ré dentro das balizas fixadas pelo relato de fl. 01, de sorte que era de rigor a contraprestação por parte do autor pelos demais regularmente postos à sua disposição.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 3.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 10 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**